



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Polícia Federal  
Fls nº \_\_\_\_\_  
CEL/SR/DPF/MT

ANEXO II

**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXX/2012**  
**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2012**  
**PROCESSO Nº 08320.022243/2012-30**  
**VALIDADE: 12 (DOZE) MESES**

Aos XX dias do mês de XXXX de 2012, a União, por intermédio da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso, com sede na Av. Historiador Rubens de Mendonça, 1205, Bairro Araés, na cidade de Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.494/0028-56, neste ato representada pelo Delegado de Polícia Federal, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 200..., publicada no ..... de ..... de ..... de ..... inscrito(a) no CPF sob o nº ..... portador da Carteira de Identidade nº ....., em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº XXXX/2012, conforme Ata publicada em XX/XX/2012 e homologada pelo Superintendente Regional;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual aquisição dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa XXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXX, com sede na XXXX, CEP XXXX, no Município de XXXX, neste ato representada pelo(a) Sr(a). XXXX, portador(a) da Cédula de Identidade nº XXXX e CPF nº XXXX, cuja proposta foi classificada em XX lugar no certame.

Nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; do Decreto nº 3.931, de 2001; do Decreto nº 3.555, de 2000; do Decreto nº 5.450, de 2005; do Decreto nº 3.722, de 2001; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 1993, e as demais normas legais correlatas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. Esta licitação tem por objetivo a **aquisição**, por intermédio de Registro de preços, de aparelho de **ar condicionado do tipo split**, com etiqueta de eficiência energética, **instalados**, visando atender as necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso e suas descentralizadas (delegacias de Barra do Garças e de Rondonópolis), conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Polícia Federal  
Fls nº \_\_\_\_\_  
CEL/SR/DPF/MT

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO - BTU'S	MARCA/ FABRICANTE	(A) QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA	(B) VALOR UNITÁRIO DO EQUIPAMENTO R\$	(C) VALOR DA INSTALAÇÃO R\$	(D) VALOR TOTAL (B+C) X (C) R\$

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a efetuar as aquisições que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

2.1. O órgão gerenciador será a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso.

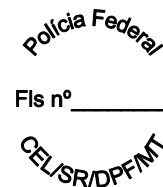
2.2. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 3.931, de 2001, e na Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.2.2. Em caso de eventual inadimplemento de qualquer obrigação editalícia, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**



2.3. Todo órgão, antes de adquirir o objeto deste certame junto ao fornecedor registrado, deve assegurar-se que a compra atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, conforme artigo 3º, do Decreto nº 3.931, de 2001.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

### **4. CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

4.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

4.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

4.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

4.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

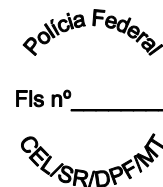
4.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento e

4.4.2. convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**



negociação.

4.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da compra mais vantajosa.

4.6. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

## **5. CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

5.1. O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

5.1.1. não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.1.2. não retirar a respectiva nota de empenho, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.1.3. não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.1.4. por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;

5.1.5. Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

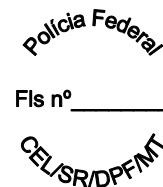
5.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - DA AQUISIÇÃO DO OBJETO JUNTO AOS FORNECEDORES**

6.1. A aquisição com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, conforme disposto no artigo 62, da Lei nº 8.666, de 1993, e obedecidos os requisitos pertinentes do parágrafo 4º, do artigo 3º, do Decreto nº 3.931, de 2001.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**



6.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada aquisição específica, no respectivo pedido.

6.1.2. O órgão deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à aquisição (artigo 3º, parágrafo 4º, inciso II, do Decreto nº 3.931, de 2001).

6.2. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada aquisição, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, efetuar a retirada da Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

6.2.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

6.3. Antes da emissão da Nota de Empenho, a Administração realizará consulta on line ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, nos termos do artigo 3º, § 1º, da IN SLTI/MPOG nº 02, de 11/10/2010, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

6.4. O Fornecedor ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições editalícias, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do item homologado.

6.4.1. As supressões resultante, de acordo, celebrados entre as partes poderão exceder o limite de **25% (vinte e cinco por cento)**.

6.5. É vedada a subcontratação total do objeto desta licitação.

6.6. O Fornecedor deverá manter durante toda a execução do processo de aquisição do objeto deste certame, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.7. Durante todo o processo de aquisição do objeto deste certame, a fiscalização será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**



que surtirem no curso do referido processo, de tudo dando ciência à Administração.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO LOCAL DE ENTREGA E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS**

7.1 O fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade do órgão, com prazo de entrega não superior a **15(quinze)** dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento de contrato, se for o caso.

7.2 Os bens deverão ser entregues e instalados, em dias úteis, dentro do horário de funcionamento da Superintendência Regional e de cada delegacia nos seguintes endereços abaixo:

- **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO**

ENDEREÇO: Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº 1205, Bairro Araés – CEP: 78.008-902 – Cuiabá/MT.

- **DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM BARRA DO GARÇAS/MT**

ENDEREÇO: Rua Simião Arraia, nº 377, Centro – CEP: 76.600-000 – Barra do Garças/MT.

- **DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM RONDONÓPOLIS/MT**

ENDEREÇO: Rua Sete de Setembro, nº 558, Bairro Vila Birigui – CEP: 78.705 – 010 – Rondonópolis/MT.

**8. CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS**

8.1 Os equipamentos deverão ser novos e entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, devendo estar acondicionados e embalados conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, com indicação do material contido, volume, data de fabricação, fabricante, importador (se for o caso), procedência, bem como demais informações exigidas na legislação em vigor.

8.2 Todos os materiais utilizados na instalação, sem exceção deverão ser sempre novos e de primeiro uso, estar em plena conformidade com as especificações de fabricação, uso e finalidades, sendo totalmente proibida a reutilização das instalações antigas (já existente).



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Polícia Federal  
Fls nº \_\_\_\_\_  
CEL/SR/DPF/MT

**8.3** Para a execução de todo e qualquer serviço de instalação, caberá preliminarmente à empresa contratada a apresentação de um Projeto com toda a infraestrutura de distribuição, o qual deverá ser submetido para aprovação formal da equipe designada pela CONTRATANTE, permitindo que as alterações necessárias sejam providenciadas antes do início das instalações.

**8.4** O recebimento dos itens descritos neste documento deverá ser efetuado por um servidor designado pela CONTRATADA, da seguinte forma:

**8.4.1** Provisoriamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da entrega dos equipamentos, para posterior verificação da conformidade com as especificações técnicas, devendo ser emitido **Termo de Aceite Provisório (TAP) – Anexo A** do termo de referência.

**8.4.2** Definitivamente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, depois de concluídas: a instalação, a verificação da qualidade e quantidade, ocasião em que será emitido o competente **Termo de Aceitação Definitivo (TAD) – Anexo B** do termo de referência.

**8.5** Se, após o recebimento provisório, constatar-se que determinado produto foi entregue em desacordo com a proposta, com defeito, fora da especificação ou incompleto, a empresa contratada será notificada, não será emitido o Termo de Aceitação e o pagamento será suspenso até que a situação seja regularizada.

**8.6** Os produtos deverão ser novos e entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade.

**8.7** Uma vez entregues os produtos, iniciar-se-á a etapa de verificação que compreenderá os seguintes procedimentos:

**8.7.1** A empresa contratada procederá a desembalagem, instalação e configuração dos produtos para a realização dos testes de funcionamento, na presença e supervisão de um responsável designado pela CONTRATANTE para recebimento na Superintendência Regional e nas delegacias.

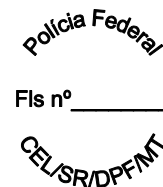
**8.7.2** Cada produto será verificado de acordo com as características descritas no Anexo "A", sendo posteriormente aferida a conformidade e testado o seu perfeito funcionamento.

**8.8** Qualquer produto será recusado inteiramente nas seguintes condições:





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**



**8.8.1** caso seja entregue em desconformidade com as especificações técnicas constantes do Anexo “A” e da proposta vencedora;

**8.8.2** caso seja detectado que qualquer componente adquirido não seja novo e

**8.8.3** caso apresente defeitos, em qualquer de suas partes ou componentes, durante os testes de conformidade e verificação.

**8.9** Nos casos de recusa do produto, a empresa contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para providenciar a sua substituição, contados a partir da comunicação oficial feita pela CONTRATANTE.

## **9. CLÁUSULA NONA – DO PREÇO**

9.1. Durante a vigência de cada aquisição, os preços são fixos e irredutíveis.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

10.1 Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e locais indicados – ITEM 4 – deste Termo de Referência, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia.

**10.1.1** Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

**10.2** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

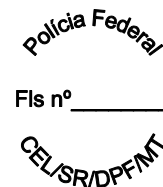
**10.2.1** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da CONTRATADA, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o produto com avarias ou defeitos.

**10.3** Apresentar, expressamente, logo após a assinatura do contrato, o nome das empresas responsáveis pela assistência técnica, com os seguintes dados: Razão Social, CNPJ, endereço com CEP, número de telefone e de fax, e-mail, e nome da pessoa responsável para contato.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**



**10.4** Prestar garantia técnica dos aparelhos de ar condicionado, cujo prazo não poderá ser inferior ao estabelecido neste Termo de Referência, contados a partir do recebimento definitivo dos equipamentos.

**10.5** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado, conforme prevê o parágrafo 1º, inciso II do Artigo 65 da Lei 8.666/93;

**10.6** Atender prontamente a quaisquer exigências da CONTRATADA, inerentes ao objeto da presente licitação.

**10.7** Comunicar à CONTRATADA, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro)** horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento de prazo previsto, com a devida comprovação.

**10.8** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**10.9** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

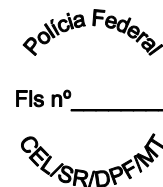
**10.10** Responder por qualquer prejuízo ou danos causados diretamente à CONTRATADA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na entrega e instalação dos materiais, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.

**10.11** Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**10.12** Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, descolamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidem ou venham a incidir na execução do contrato.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**



**10.13** Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das substâncias que destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º, da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.

**10.14** Só será admitida a oferta de aparelhos de refrigeração e ventilação, cujo fabricante, esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, conforme item 2.833-2/00 do Anexo III da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009.

**10.15** Só será admitida a oferta de condicionador de ar que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE do produto ofertado, nos termos da Portaria INMETRO 007, de 04 de janeiro de 2011, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade-RAC e tratada da etiquetagem compulsória.

**10.16** Informar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** corridos, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública, não participante deste registro de preços, que venha a manifestar o interesse em utilizar o presente ajuste, desde que autorizado pela SR/DPF/MT, gerenciadora da ata.

**10.17** Assinar a Ata de Registro de Preços no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, a contar da data do recebimento da notificação.

**10.18** Cumprir, rigorosamente as Normas Técnicas da ABNT.

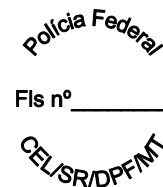
**10.19** Utilizar na execução dos serviços de instalação dos equipamentos pessoal especializado, devidamente identificado.

**10.20** Fornecer para seus funcionários, máquinas e equipamentos necessários para execução dos serviços de instalação de que trata o Termo de Referência.

**10.21** Todo e qualquer serviço que venha a atrapalhar o bom andamento dos serviços no horário comercial, deverá ser acordado com a CONTRATANTE para não interromper as atividades normais.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**



**10.22** Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE e cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

**10.23** A licitante vencedora deverá declarar que tem **capacidade de atendimento da garantia ofertada pelo fabricante do equipamento**.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO**

11.1 – Efetuar o pagamento nas condições e prazos pactuados.

11.2 – Notificar a empresa fornecedora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos itens recebidos para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

11.3 – Fornecer por escrito as informações necessárias para o recebimento do material objeto da licitação, fornecendo todas as facilidades para seu efetivo cumprimento.

11.5 – Não permitir o recebimento do material em desacordo com o preestabelecido;

11.6 – Efetuar controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do material registrado.

11.7 – Notificar o fornecedor registrado via fax, e-mail ou telefone, para a retirada da Nota de Empenho.

11.8- Publicar trimestralmente os preços registrados na Imprensa Oficial, conforme o preceituado no art. 15, § 2º da Lei 8.666/93.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO**

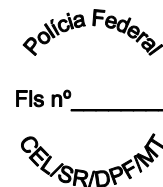
12.1. O prazo para pagamento será de **30 (trinta)** dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela empresa fornecedora.

12.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela empresa fornecedora.

12.2.1. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pelo Fornecedor do regular cumprimento das obrigações



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**



assumidas.

12.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à aquisição, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o Fornecedor providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Administração.

12.4. Antes do pagamento, a Administração realizará consulta *on line* ao SICAF e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da empresa fornecedora, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

12.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

12.5.1. O fornecedor regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

12.6. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela empresa fornecedora, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

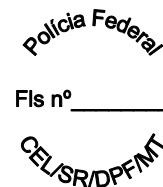
12.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.8. A Administração não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Fornecedor, que porventura não tenha sido acordada no processo licitatório.

12.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**



$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite previsto para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES**

13.1 – Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e assegurada à prévia e ampla defesa, a empresa Fornecedora ficará sujeita às seguintes sanções:

13.1.1 – Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal da empresa fornecedora, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas.

13.1.2 – Multa de:

13.1.2.1 – 0,2 % (dois décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades e

13.1.2.2 – 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 20% (vinte por cento), sem prejuízo das demais penalidades.

13.1.2.3 – Indenizatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da aquisição, incidente no caso de inexecução total.

13.1.2.3.1 – No caso de atraso ou inexecução da entrega do objeto superior a 90 (noventa) dias, poderá a Administração revogar a ata, sem prejuízo das penalidades cabíveis.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**



13.1.2.4 – No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado proporcionalmente ao período de inadimplemento.

13.1.3 – Poderá ser aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado para a aquisição e, ainda, nos termos do art. 28 do Decreto 5.450/2005, ficar impedida de licitar e contratar com a União, com o descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas e das demais penalidades legais, sendo garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, a licitante que não assinar a ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto registrado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ou cometer fraude fiscal.

13.2 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.3 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

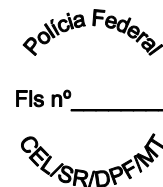
13.4 – A multa aplicada, após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela SR/DPF/MT.

13.5 – As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa fornecedora, por escrito, no prazo máximo de **05 (cinco)** dias úteis a contar de sua notificação pelo atraso, e aceito pela Administração.

13.6 As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, a CONTRATADA deverá ser descredenciada (a), por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital, no Contrato e das demais cominações legais.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**



13.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

13.8 Também fica sujeito às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

13.9 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.9.1 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,

13.9.2 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados; e,

**13.10** As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, conforme dispõe a IN 05-MARE de 21/07/1995, alterada pela IN 09-MARE de 16/04/1996.

#### **14. CLÁUSULA QUATORZE – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.

14.2. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e os Anexos do Pregão Eletrônico, para Registro de Preços nº 04/2012 e a proposta da empresa.

14.3. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 5.450, de 2005, do Decreto nº 3.555, de 2000, do Decreto nº 3.931, de 2001, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 3.722, de 2001, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

14.4. O foro para dirimir questões relativas à presente Ata será o da Seção Judiciária da Capital do Estado do Mato Grosso - Justiça Federal.

14.5. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato será lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**



assinado pelos contraentes.

Cuiabá/MT, XX de XXXX de 2012.

Representante do Órgão

---

**NOME COMPLETO**

Delegado de Polícia Federal  
Classe Especial – Mat. xxxxx  
Superintendente Regional  
SR/DPF/MT

Representante da Empresa

---

**NOME COMPLETO**

Cargo  
Documento nº